



Ata nº 1

Abertura de procedimento concursal para a contratação excecional de um (1) trabalhador na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para o exercício de funções correspondentes à carreira e categoria de Técnico Superior, no âmbito da execução do Projeto PRR-C05-i03-I-000017-LA3.4 AGROCLIMA “Quantificar os efeitos das medidas agroambientais no aumento do sequestro do solo e na redução de emissões de GEE”, aprovado no âmbito da execução do Plano de Recuperação e Resiliência português.

Ao dia sete do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, nos termos do disposto no artigo 15º do Decreto-lei nº 53-B/2021, de 23 de junho, da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, do Despacho nº 11888-B/2021, de 30 de novembro, Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro, e da demais legislação aplicável, o júri designado por despacho do Senhor Presidente do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., datada de 10 de janeiro de 2023, iniciou os trabalhos relativos ao procedimento concursal para a contratação excecional de um (1) trabalhador, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto, para o preenchimento de um (1) posto de trabalho da carreira e categoria de Técnico Superior, aditado ao mapa de pessoal do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P., por força do previsto no nº 4 do artigo 15º do Decreto-lei nº 53-B/2021, de 23 de junho, pelo período necessário à execução do Projeto PRR-C05-i03-I-000017-LA3.4 AGROCLIMA “Quantificar os efeitos das medidas agroambientais no aumento do sequestro do solo e na redução de emissões de GEE”, aprovado no âmbito da execução do Plano de Recuperação e Resiliência português, sendo tal posto de trabalho extinto no final do contrato a termo, de acordo com o disposto no aludido nº 4 do artigo 15º do Decreto-lei nº 53-B/2021, de 23 de junho.

Estiveram presentes nas deliberações que se seguem, os seguintes membros do júri:

- Presidente: Investigadora Auxiliar com Habilitação, Maria da Conceição Pinto Baptista Gonçalves
- 1º Vogal Efetiva: Investigadora Auxiliar, Raquel Macedo Soveral Dias Mano
- 2º Vogal Efetiva: Técnica Superior, Nádía Luísa Assunção Saraiva Castanheira

A Presidente do júri deu início à reunião, propondo a seguinte ordem de trabalhos que foi aceite por unanimidade:

- i. **Caracterização do posto de trabalho a ocupar, requisitos de admissão, definição dos métodos de seleção, parâmetros de avaliação, respetiva ponderação e definição do sistema de valorização final;**
- ii. **Forma de exclusão, notificação e desempate dos candidatos;**
- iii. **Elaboração do aviso de abertura, a publicar na 2ª série do Diário da República, por extrato e, integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP).**

De acordo com a ordem de trabalhos enunciada, o júri deliberou o seguinte:



i Caracterização do posto de trabalho a ocupar, requisitos de admissão, definição dos métodos de seleção, parâmetros de avaliação, respetiva ponderação e definição do sistema de valorização final.

Caracterização do posto de trabalho a ocupar: O objetivo deste trabalho é de avaliar o sequestro de carbono no solo, em função de medidas agroambientais selecionadas, em diferentes usos do solo e condições climáticas. Vão-se usar metodologias de referência para validação de metodologias mais expeditas.

O Contratado será responsável pelas análises laboratoriais do carbono no solo e de outras propriedades do solo que sejam relevantes, como por exemplo, o teor de azoto no solo, nas várias formas, e a densidade aparente do solo. Poderá eventualmente ter de se deslocar aos campos experimentais do projeto com a equipa do INIAV. O trabalho será desenvolvido no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., nos Polos de Oeiras e da Tapada da Ajuda, sob a orientação científica das Investigadoras Raquel Mano e Maria da Conceição Gonçalves

Requisitos de admissão: O contrato é destinado a Licenciados em Agricultura, Química, ou Ambiente, com experiência em trabalho laboratorial, em particular de análises químicas de propriedades do solo, e ter conhecimentos de língua inglesa.

Métodos de seleção: De acordo com o previsto no artigo 5º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, considera-se a **avaliação curricular (AC)** o método de seleção. As candidaturas deverão ainda incluir uma carta com a indicação da motivação para a participação neste projeto.

Aplicam-se os seguintes parâmetros de avaliação e respetiva ponderação:

1. **Nota de curso (NC)** (licenciatura ou com mestrado integrado) (50%),
2. **Experiência em trabalho laboratorial (EL)** (35%),
3. **Conhecimentos em inglês (CI)** (5%)
4. **Motivação (M)** para participar no projeto (10%)

A **nota de curso** será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Nota de curso	Valorização
< 13 valores	10
13 a 16 valores	15
>16 valores	20

A **Experiência em trabalho laboratorial**, com incidência sobre a execução de análises de solos inerentes ao posto de trabalho a ocupar, será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Experiência em trabalho laboratorial	Valorização
Sem experiência	5
Até 1 ano	15
Mais de 1 ano	20



Os **conhecimentos em inglês**, serão pontuados com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Conhecimentos de inglês	Valorização
Reduzidos	5
Suficientes	15
Bons	20

A **motivação para participação no projeto** será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Motivação	Valorização
Reduzida	5
Suficiente	15
Boa	20

Valorização e classificação final

Na valorização dos parâmetros de seleção referidos é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada parâmetro, sendo a **classificação final (CF)** considerada até às centésimas e obtida através da aplicação da seguinte fórmula:

$$CF = (90\% AC) + (10\% M)$$

AC = avaliação curricular

M = motivação para participação no projeto

Em que:

$$AC = (50\% NC + 35\% EL + 5\% CI)$$

NC = nota de curso

EL = experiência laboratorial

CI = conhecimentos em inglês

ii Forma de exclusão, notificação e desempate dos candidatos.

Constitui motivo de exclusão o incumprimento dos requisitos de admissão mencionados no Aviso a ser publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), sem prejuízo dos demais requisitos de admissão legal ou regulamento previstos.

Fica excluído do presente procedimento o candidato que não entregue todos os documentos requeridos ou que obtenha uma valorização inferior a 9.5 na avaliação curricular.

Os candidatos são notificados para a realização da audiência de interessados, nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

Para efeitos de audiência de interessados, devem os candidatos apresentar as suas alegações através da BEP, em www.bep.gov.pt

Não serão consideradas pelo júri as candidaturas fora do prazo.



Assiste ao júri a faculdade de exigir aos candidatos, em caso de dúvida, a apresentação de documentos comprovativos das suas declarações.

Em conformidade com o preceituado no artigo 4º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, o procedimento de recrutamento decorre na BEP, em plataforma disponibilizada para o efeito, sendo realizado através da utilização de meios eletrónicos, incluindo as respetivas notificações.

A publicitação dos resultados obtidos no método de seleção é efetuada através de lista ordenada por nota final obtida, afixada em local visível e público do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (átrio do Edifício Principal), e disponibilizada na respetiva página eletrónica em <https://www.iniaiv.pt/procedimentos-concursais-e-de-mobilidade>. Todos os candidatos serão ainda notificados dos resultados através de email.

Em situações de igualdade de valoração, aplica-se o disposto no artigo 24º Portaria nº 233/2022, de 9 de setembro.

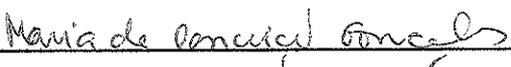
iii Elaboração do aviso de abertura, a publicar na 2ª série do Diário da República, por extrato e, integralmente, na Bolsa de Emprego Público (BEP).

O júri deliberou aprovar o aviso de abertura, que se encontra em anexo à presente ATA, dela fazendo parte integrante, a submeter a aprovação superior do Senhor Presidente do INIAV, visando a sua subsequente publicação, respetivamente, em Diário da República, na Bolsa de Emprego Público e na página eletrónica do INIAV em: <https://www.iniaiv.pt/procedimentos-concursais-e-de-mobilidade>

Todas as deliberações do Júri na presente reunião foram tomadas por unanimidade dos elementos presentes.

Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e considerada conforme, vai ser assinada e rubricada pelos membros do Júri presentes.

A Presidente



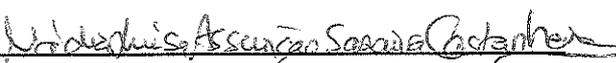
Maria da Conceição Pinto Baptista Gonçalves

1º Vogal Efetiva



Raquel Macedo Soveral Dias Mano

2º Vogal Efetiva



Nádya Luísa Assunção Saraiva Castanheira

M=89
R=0
Cast

Aviso

Procedimento concursal para a contratação de um trabalhador para a carreira e categoria de técnico superior no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., no âmbito do Projeto PRR-C05-I03-I-000017-LA3.4 AGROCLIMA “Quantificar os efeitos das medidas agroambientais no aumento do sequestro do solo e na redução de emissões de GEE”

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com a alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, da Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho e do Despacho n.º 11888-B/2021, de 30 de novembro, faz-se público que na sequência do meu despacho de 10 de janeiro de 2023, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis, contados da data de publicação do aviso de abertura na Bolsa de Emprego Público (BEP), em www.bep.gov.pt - ofertas PRR, e do respetivo extrato em Diário da República, procedimento concursal comum, para preenchimento de 1 posto de trabalho, para a carreira e categoria de Técnico Superior, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.

1. Legislação aplicável: Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, na sua redação atual), Portaria n.º 233/2022, de 09 de setembro, o Código do Procedimento Administrativo (Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro) e Código do Trabalho aprovado pela Lei n.º 7/21009, de 12 de fevereiro, na sua redação atual e Decreto-Lei n.º 53-B/2021, de 23 de junho, Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho e do Despacho n.º 11888-B/2021, de 30 de novembro.
2. Foi executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de valorização profissional, tendo a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público emitido a declaração de inexistência de trabalhadores em situação de valorização profissional com o perfil pretendido, de acordo com o previsto no n.º 6 do artigo 34.º da Lei n.º 25/2017, de 30 de maio e no artigo 4.º da Portaria n.º 48/2014, de 26 de fevereiro.
3. Âmbito do recrutamento: o procedimento concursal visa a constituição de relação jurídica de emprego a termo resolutivo incerto, sendo o recrutamento efetuado de entre trabalhadores com ou sem relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida.
4. Modalidade de vínculo de emprego público a constituir: o vínculo de emprego público a constituir, na sequência do presente procedimento concursal, é o contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto.
5. Número de postos de trabalho a ocupar: 1 (um) posto de trabalho.
6. Caracterização do posto de trabalho a ocupar: Avaliação do sequestro de carbono no solo, em função de medidas agroambientais selecionadas, em diferentes usos do solo e condições climáticas. Utilização de metodologias de referência para validação de metodologias mais expeditas. Responsável pelas análises laboratoriais do carbono no solo e de outras propriedades do solo que sejam relevantes, como por exemplo, o teor de azoto no solo, nas várias formas, e a densidade aparente do solo. Poderá eventualmente ter de se deslocar aos campos experimentais do projeto com a equipa do INIAV.
7. Local de trabalho: O trabalho será desenvolvido no Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P., nos Polos de Oeiras (Av. da República, Quinta do Marquês - Oeiras) e da Tapada da Ajuda (Tapada da Ajuda – Lisboa), sob a orientação científica das Investigadoras Raquel Mano e Maria da Conceição Gonçalves.

Handwritten signature and initials: "M. S.", "R. P.", "Past".

7.1 Disponibilidade para deslocações aos campos experimentais do projeto com a equipa do INIAV.

8. Posicionamento remuneratório: O trabalhador recrutado será remunerado no montante pecuniário 1320,15€, correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de técnico superior, e ao nível remuneratório 16.º.

9. Nível habilitacional: Licenciatura, ou grau superior, em Agricultura, Química, ou Ambiente.

9.1 Não há lugar, no presente procedimento, à substituição da habilitação exigida por formação adequada ou experiência profissional.

10. Requisitos de admissão ao procedimento concursal: Podem candidatar-se ao presente procedimento concursal os indivíduos que reúnam, até ao termo do prazo de candidatura, cumulativamente, os seguintes requisitos:

10.1 Requisitos gerais:

- a) Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;
- b) 18 anos de idade completos;
- c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício das funções que se propõe desempenhar;
- d) Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções a que se candidata;
- e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.

10.2 Requisitos preferenciais:

- a) Experiência em trabalho laboratorial, em particular de análises químicas de propriedades do solo;
- b) Conhecimentos de língua inglesa.

11. Métodos de seleção aplicáveis: De acordo com o previsto no artigo 5º da Portaria nº 161-A/2021, de 26 de julho, considera-se a avaliação curricular (AC) o método de seleção. As candidaturas deverão ainda incluir uma carta com a indicação da motivação para a participação neste projeto.

Aplicam-se os seguintes parâmetros de avaliação e respetiva ponderação:

- 1. Nota de curso (NC) (licenciatura ou com mestrado integrado) (50%),
- 2. Experiência em trabalho laboratorial (EL) (35%),
- 3. Conhecimentos em inglês (CI) (5%)
- 4. Motivação (M) para participar no projeto (10%)

A nota de curso será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Nota de curso	Valorização
< 13 valores	10
13 a 16 valores	15
>16 valores	20

A Experiência em trabalho laboratorial, com incidência sobre a execução de análises de solos inerentes ao posto de trabalho a ocupar, será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Experiência em trabalho laboratorial	Valorização
Sem experiência	5

Até 1 ano	15
Mais de 1 ano	20

Os conhecimentos em inglês, serão pontuados com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Conhecimentos de inglês	Valorização
Reduzidos	5
Suficientes	15
Bons	20

A motivação para participação no projeto será pontuada com um máximo de 20 valores, tendo o júri definido níveis e os correspondentes valores.

Motivação	Valorização
Reduzida	5
Suficiente	15
Boa	20

Valorização e classificação final:

Na valorização dos parâmetros de seleção referidos é utilizada a escala de 0 a 20 valores, de acordo com a especificidade de cada parâmetro, sendo a classificação final (CF) considerada até às centésimas e obtida através da aplicação da seguinte formula:

$$CF = (90\% AC) + (10\% M)$$

AC = avaliação curricular

M = motivação para participação no projeto

Em que:

$$AC = (50\% NC) + (35\% EL) + (5\% CI)$$

NC = nota de curso

EL = experiência laboratorial

CI = conhecimentos em inglês

12. Forma de exclusão, notificação e desempate dos candidatos: Constitui motivo de exclusão o incumprimento dos requisitos de admissão mencionados no Aviso a ser publicado na Bolsa de Emprego Público (BEP), sem prejuízo dos demais requisitos de admissão legal ou regulamento previstos.

Fica excluído do presente procedimento o candidato que não entregue todos os documentos requeridos ou que obtenha uma valorização inferior a 9.5 na avaliação curricular.

13. Plataforma do procedimento: O procedimento decorre na Bolsa de Emprego Público (BEP), enquanto plataforma dedicada aos procedimentos concursais PRR, com acesso através do endereço www.bep.gov.pt. As notificações são efetuadas através do correio eletrónico indicado na candidatura, com recibo de entrega de notificação, conforme estabelecido no artigo 4.º da Portaria n.º 161-A/2021, de 26 de julho.

14. Formalização e entrega das candidaturas:

a) As candidaturas são formalizadas exclusivamente mediante o preenchimento de formulário próprio de candidatura disponível na BEP, em (www.bep.gov.pt), através do menu Ofertas PRR.

M-ge
e-ge
Post

b) Não serão admitidas candidaturas em suporte de papel ou enviadas por email.
c) A submissão eletrónica das candidaturas deverá ser acompanhada da seguinte documentação (exclusivamente em formato PDF):

i. Currículo profissional detalhado e atualizado, datado e assinado, dele devendo constar, para além de outros elementos julgados necessários, as habilitações literárias, a experiência profissional, designadamente as funções e atividades que exerce e exerceu, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, assim como a formação profissional detida em matéria relacionada com a área funcional do posto de trabalho colocado a concurso, com indicação expressa das entidades promotoras, datas de realização e respetiva duração.

ii. Cópia(s) legível(is) do(s) certificado(s) de habilitações literárias e documento comprovativo do seu reconhecimento em território nacional, quando obtido em país estrangeiro.

15. Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 15.º da Portaria n.º 233/2022 de 9 de setembro, a não apresentação dos documentos comprovativos do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos, determina a exclusão do candidato do procedimento, quando a falta desses documentos impossibilite a sua admissão ou a avaliação.

16. Prazo para a apresentação das candidaturas: O prazo para a apresentação da candidatura é de 10 (dez) dias úteis, contados da data da publicitação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público (BEP).

17. Notificação dos candidatos: Os candidatos são notificados para o endereço eletrónico indicado no formulário de candidatura, nos termos do disposto no artigo 6.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

18. Lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados é notificada nos termos do disposto do artigo 10.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro.

19. A lista unitária de ordenação final dos candidatos, após homologação é publicada na 2.ª série do Diário da República, afixada em local visível e público do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (átrio do Edifício Principal), e disponibilizada na respetiva página eletrónica em <https://www.inia.pt/procedimentos-concursais-e-de-mobilidade>.

20. Composição do Júri do Procedimento:

Presidente: Investigadora Auxiliar com Habilitação, Maria da Conceição Pinto Baptista Gonçalves

1.º Vogal Efetiva: Investigadora Auxiliar, Raquel Macedo Soveral Dias Mano

2.º Vogal Efetiva: Técnica Superior, Nádia Luísa Assunção Saraiva Castanheira

1.º Vogal Suplente: Técnica Superior, Ana Marta Marques Duarte da Paz

2.º Vogal Suplente: Técnica Superior, Maria Fernanda Silva Pirralho Fernandes Almeida Rebelo

21. Nos termos do Despacho Conjunto n.º 373/2000, de 1 de março, em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição da República Portuguesa, “a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

22. Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro e da alínea f) do n.º 1 do artigo 13.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, e para efeitos de admissão ao procedimento concursal, a/o(s) candidata/o(s) portadores de deficiência devem declarar, sob compromisso de honra, o respetivo grau de incapacidade, o tipo de deficiência e os meios de comunicação/expressão a utilizar no processo de seleção, bem como dos elementos necessários, de forma a garantir que o processo de seleção destes candidatos se adequa, nas suas diferentes vertentes, às capacidades de comunicação/expressão.